



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682225 - SP (2021/0231704-3)

**RELATOR** : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
**IMPETRANTE** : JOSEPH OGOCHUKWU OGBONNA  
**ADVOGADO** : JOSEPH OGOCHUKWU OGBONNA - SP421196  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : DANIEL ALVES DOS SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DANIEL ALVES DOS SANTOS (cujo nome social é YASMIN ALVES DOS SANTOS) em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (2110710-24.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso preventivamente pela suposta prática do crime de roubo qualificado (art. 157, §2º, II e VII, c/c art. 61, II, “j”, ambos do Código Penal).

A impetrante sustenta que estão ausentes os requisitos da prisão preventiva e, paralelamente, presentes os pressupostos da liberdade provisória. Alega que o paciente integra o grupo de risco da Covid-19, por ser portador de HIV, depressão e tuberculose. Aduz, ainda, que o juízo de origem, ao decretar a custódia cautelar, valeu-se de fundamentação genérica, sem especificar quais elementos do caso concreto recomendariam a segregação provisória, sendo cabível a imposição de medidas cautelares não prisionais.

Requer o deferimento da liminar, com a expedição de alvará de soltura em favor do paciente. E, ao final, pugna pela concessão definitiva da ordem para que seja revogada ou substituída a prisão preventiva por qualquer das medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP, em especial, substituindo-se a prisão preventiva pela prisão domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se da decisão impugnada:

*Além disso, na decisão que indeferiu o pedido de concessão de liberdade provisória houve registro de que o (a) paciente conta com outro processo em andamento, também pela prática de roubo, que estava suspenso nos termos no artigo 366, do Código de Processo Penal. Assim, diante da reiteração criminosa e da gravidade concreta do crime, perpetrado em concurso de agentes e*

*com emprego de arma branca, a prisão preventiva deve ser mantida para garantia da ordem pública.*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência